

ANTÓNIO GERMANO LIMA

Boa Vista

História, Economia,
Sociedade e Cultura



PEDRO CARDOSO
EDITORA

“Onde o horizonte amorenou a ilha
e sabe mais a sal e a maresia,
nasci antes do Sol. E já trazia,
cingida à ilharga, a dor como uma cilha”!

1.5. A pesca

Quando no preâmbulo do Decreto nº 31.880, de 1942, se dizia que “Cabo Verde tem de produzir o que puder e ir buscar ao mar não apenas o sal mas também, em maior quantidade, o peixe de que suas águas são abundantes”² estava-se a admitir ao mesmo tempo que o sal não era a única riqueza do arquipélago de então e que a pesca poderia vir a ser também uma actividade económica importante, tendo em conta a abundância de peixes no seu mar. Isto, num momento em que as ilhas de Cabo Verde, como se lê no referido preâmbulo, sofria de uma “forte crise”.

Da abundância de peixes no mar da Boavista, dizem os entendidos na matéria que a riqueza piscícola nessa ilha era de grande valor económico, devido não só à sua extensa plataforma marítima da ilha mas também ao seu rico e variado plâncton.³ Neste sentido, afirmava aliás José Joaquim Lopes de Lima em 1844 que “a todas as Bahias, e enseadas da Ilha da Boavista, e em torno de muitos recifes que a cercam, bem como no parcel de João Leitão, [...], acode uma tão prodigiosa quantidade de peixe, — encontrando-se muitas *Bicudas*, grandes *Pargos*, e *Garoupas*, e muito *Mero* (especie de *Bacalhau*) [...]”⁴ Por seu turno, Travasso Valdez escreve que “o peixe também é uma verba importante nas proviões, e póde obter-se em abundância em roda da ilha, particularmente uma espécie de bacalhau, a que chamam, como em Angola, “mero”⁵ Também Senna Barcellos não deixa de assinalar a abundância e variedade de peixe nos mares da Boavista, ao informar que “ceou uma companhia de pescadores na ilha da Boa Vista onde abundam variadas especies ichthyologicas, e neste sentido, elaborou um regulamento concedendo privilegios aos pescadores, de isenção do recrutamento militar e de todos os encargos do concelho, mas obrigados á pescaria tres vezes por semana”⁶

Havia porém épocas, como ainda testemunham os pescadores da ilha, em que certas variedades de peixes praticamente desapareciam. Observemos o quadro a seguir, referente as espécies de peixes existentes na ilha da Boavista:

QUADRO Nº 38. Espécies de peixes existentes na ilha da Boavista

Ordem	Espécie	Número das espécies
Cetáceos	Baleias	04
Quelónios	Tartarugas	02
Esqualos	Tubarões	15
—	Peixes diversos	72
Moluscos e crustáceos	Lagostas, polvos,...	05
Conquilióide	Conchas,...	10
Total		108

FONTE: Construído a partir de SECCA, Mário - “A pesca em Cabo Verde”. Praia: Divisão dos Serviços de Estatística da Colónia de Cabo Verde, 1945, p. 58-68.

- (1) Daniel Filipe, poeta natural da ilha da Boavista, da diáspora cabo-verdiana em Portugal, onde faleceu - In GOMES, Simone Caputo - “Uma recuperação de raiz: Cabo Verde na obra de Daniel Filipe”, Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, 1993, p. 61.
- (2) Decreto nº 31:880. Ministério das Colónias. Diário da República. I Série, Nº 32, de 9 de Fevereiro de 1942, p. 143.
- (3) Cf., por exemplo, SECCA,.... - A pesca..., p. 35-37 e p. 57-58; FREITAS,.... - Considerações..., p. 31.
- (4) LIMA,.... - Ensaios sobre a statistica..., p. 51.
- (5) VALDEZ,.... - África Ocidental..., p. 170-171.
- (6) BARCELLOS, Christiano José de Senna - “Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné”. PARTE V, Cap. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911, p. 1.

Embora esse potencial em peixes existisse quando ali chegaram os primeiros povoadores da ilha da Boavista, eles não terão dado entretanto muita atenção à pesca: havia alguma prática quotidiana, mas como simples meio de sobrevivência, pois toda a actividade económica concentrava-se na exploração dos produtos do gado que eram os produtos mais procurados para refrescos pelos navios que transitavam pelo Atlântico médio. Por outro lado, como assinala Mário Seca, a deficiência de métodos de pesca adequados às condições do meio marítimo e a fuga aos ataques de piratas, por parte dos primeiros povoadores, do sul-sudoeste para o centro da ilha, como vimos no capítulo sobre o povoamento, não facilitaria a prática da pesca na Boavista.¹ Mais à frente, afirma que “a ilha, desde que o seu Donatário a colonizou, viveu de pastorícia e da agricultura que, em dada altura, representou valor na sua exportação” e que “a pesca limitava-se ao fornecimento do pescado em fresco para o consumo interno, secando-se o excesso para o suficiente abastecimento das outras ilhas. Não havia exportação”² Mesmo no limiar do século XX, comia-se pouco peixe, exceptuando na época da *bicuda* em que se consumia muito deste peixe. A pesca tradicional fazia-se em pequenos botes, geralmente tripulados por 2, 3 ou 4 homens, nas proximidades da costa.³ Na época própria, pescava-se muita *albacora*, uma espécie de pequeno atum, que constituía então a base da alimentação popular, particularmente nas povoações mais próximas da orla marítima.⁴

A primeira pescaria da Boavista, criada só no limiar do século XVIII, serviria a estrangeiros, nomeadamente à indústria da pesca da baleia dos Estados Unidos da América, cujo óleo era importante para a alimentação das suas indústrias. Com efeito, embora um parecer do Conselho Ultramarino, de 26 de Junho de 1725, dê conta da pesca de tartarugas nas costas da Boavista por um navio francês,⁵ a pesca da baleia terá sido a primeira experiência industrial de pescaria na ilha da Boavista, já no século XVIII, pois, “em 14 de Março de 1732, a pesca da baleia pelas firmas americanas foi regulamentada por uma lei específica na Boa Vista e em S. Nicolau”⁶

Mas quem praticava a pesca da baleia nas águas de Cabo Verde eram os americanos, como já lembrava Aniceto António Ferreira em 1813, nos seguintes termos: “a Real Fazenda poderia vir a ter um avultado benefício da pesca da baleia espermacete, das quais se têm até agora utilizado os Americanos, e proximamente um vindo da Ilha de Nantuckete, que nos fins do ano passado entre as Ilhas do Sal e S. Vicente em três meses carregou uma embarcação de 90 toneladas, derretendo parte delas no porto de S. Vicente, onde encontrando o Sargento-mor, Manuel António Martins lhe disse não dava a carga por 14.000 patacas [...]”⁷ No que toca à ilha da Boavista, acrescenta Aniceto António Ferreira que “abundam também os canais de todas as ilhas do peixe denominado *Boto*, do qual se pode extrair azeite, como têm praticado os habitantes da Boa Vista, nas frequentes vezes que ele tem nela dado à costa”⁸ Neste último aspecto, o ofício n.º 159, da Alfândega da ilha da Boavista, de 5 de Novembro de 1887, dá conta, com efeito, de que “[...] nas costas do Norte, haviam saído alguns baleotes arrojados pelo mar às praias”. Em número de 21, os baleotes foram vendidos em hasta pública, a favor da Fazenda Real, no valor de 19\$935 réis.⁹

Quanto à pesca da baleia nas costas da ilha da Boavista, um outro ofício da Alfândega da ilha da Boavista, n.º 70, datado de 24 de Abril, dá conta, por exemplo, da pesca da baleia nos mares da Boavista em 1882, quando se comunica ao Secretário-Geral do Governo-Geral da Província de Cabo Verde que “o palhabote americano “Eduard Lee” que se empregava na pesca da baleia nos mares deste archipelago, depois de percorrer as Costas do Sul desta ilha [da Boavista] com passe desta alfandega, e por apenas ter conseguido apanhar duas baleias, despachou no dia 20 do corrente sahindo no dia 21 com destino a Santa Lusia, no intuito de continuar o trabalho respectivo”. Mais se comunica no refe-

⁽¹⁾ SECCA, ... - A pesca..., p. 32.

⁽²⁾ SECCA, ... - A pesca..., p. 35.

⁽³⁾ Observámos esta prática ainda na década de 60 / 70 de 1900, nomeadamente na Vila de Sal-Rei e na Povoação-Velha.

⁽⁴⁾ FREITAS, ... - Considerações..., p. 31.

⁽⁵⁾ I.A.H.U. Cabo Verde. Papeis avulsas. Cxa. 11, doc. 23, 1725.

⁽⁶⁾ KASPER, ... - Ilha da Boa Vista..., p. 132.

⁽⁷⁾ FERREIRA, Aniceto António - “Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde”. In CARREIRA, ... - Descrições..., p. 53.

⁽⁸⁾ FERREIRA, Aniceto António - “Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde”. In CARREIRA, ... - Descrições..., p. 53.

⁽⁹⁾ I.A.H.N., Praia, Cxii. 427, SGG, Janeiro-Novembro de 1887.

rido officio que “no dia 23, porém, chegou a ponte caes desta ilha duas baleeiras do dito palhabote conduzindo toda a tripulação composta de 16 homens incluindo o capitão e este declarou que o navio havia varado no ‘Cantinho’ de Varandinha desta mesma ilha pelas 12 horas da noite de 22 [...]”. O navio, de 107 toneladas de lotação, de propriedade de Charles Taylor da Praça de Provincetown, acabara por afundar, sem deixar vestígios, enquanto os dois botes baleeiros foram vendidos em hasta pública, na Vila de Sal-Rei!

Por seu turno, Travasso Valdez, referindo-se à ilha da Boavista, escreve que “encontram-se igualmente baleia n’aquelles mares, e houve uma epocha em que foram tão numerosas, que se estabeleceu no governo de D. António de Lencastre uma companhia de pescaria, a qual mandou construir os grandes armazéns chamados *Beira*”? A criação dessa “Companhia de Pescaria” já tinha sido aliás referida por José Joaquim Lopes de Lima em 1844, ao afirmar que a mesma fora estabelecida quando era Governador D. António Coutinho de Lencastre e que foi ele quem mandara construir os armazéns da referida *Beira*³

São dois testemunhos que nos levam a acreditar que a indústria da pesca da baleia terá dado os seus primeiros passos na ilha da Boavista entre os finais do século XVII e os começos do século XVIII. Porém, como se vê, a Real Fazenda tirava pouco proveito da pesca da baleia, contrariamente aos americanos. Em contrapartida, parece que o povo da ilha tirava algum proveito dessa actividade dos americanos, pois “a gente da Boa Vista alistava-se então para trabalhar nestes barcos americanos; eram hábeis pescadores de baleias e muito estimados”⁴ A dar crédito à informação de Kasper, concluímos que a pesca da baleia terá sido vivida com uma certa intensidade pelos boavistenses da época. Porém, como assinalava António Barjona de Freitas em 1905, nos finais do século XIX já eram raros os palhabotes que se aventuravam ao largo nos mares da Boa Vista e Sal, na pesca da baleia. Apontava como causa principal a falta de instrução nas técnicas da pesca, pelo que propunha a introdução nos planos de estudo da escola de pilotagem, noções de ictiologia, piscicultura e conservação do peixe⁵

Em 1818 tentou-se organizar uma companhia de pesca na Boavista, tendo sido a 17 de Maio do referido ano elaborado o respectivo regulamento. Com um capital de 14.800\$000 réis, nessa companhia entrava quase toda a família de Manuel António Martins. Embora o governador, D. António, tenha enviado e referido regulamento para aprovação régio, tal não aconteceu “[...] por os accionistas serem todos de uma família e n’ella haver privilégios que podiam dar logar a abusos e complicações; mais tarde foi devolvido ao Pusich para o modificar e esclarecer”⁶

A prática da pesca na Boavista só viria a organizar-se de facto quando na Vereação Geral Extraordinária, realizada na Boavista a 10 de Janeiro de 1843, foram decididas medidas tendentes à sua implementação. Presidida pelo então Governador-Geral Francisco de Paula Bastos, na Assembleia da dita Vereação “lamentou-se, e com razão, que sendo estes mares tão abundantes de peixe, que é também o sustento mais ao alcance da população indigente, quasi nunca apparecesse no mercado: para obviar a este inconveniente, nenhum meio pareceu mais opportuno, que formar dos que actualmente se chamam pescadores, uma companhia de trinta indivíduos o maximo, destinados unicamente á pescaria [...]”⁷ Esta proposta seria regulamentada pela Portaria de 16 de Janeiro de 1843, assinada pelo referido governador, cujo Quartel-general se encontrava sedeada na Ilha⁸

Estavam assim dados os primeiros passos oficiais para a criação de uma classe de pescadores na ilha da Boavista, composta por trinta indivíduos (art.º 1.º); em conformidade com a Portaria de 23 de Dezembro de 1842, os pescadores eram obrigados a se matricularem na Patronia, pelo Patrão mor, que lhes passava um certificado (art.º 2.º); o art.º 3.º estipulava que “os pescadores assim matriculados, e que se derem habitualmente á pesca ou seja com rede, ou com linha, indo ao mar pelo menos três vezes por semana, permitindo-o o tempo, e que trouxerem ao mercado o producto da sua pesca, serão

(1) I.A.H.N., Praia. Cxa. 427, SGG, Janeiro-Dezembro de 1882.

(2) VALDEZ, ... - África Ocidental..., p. 170-171.

(3) LIMA, ... - Ensaio sobre a statistica..., p. 51; Cf. tb. KASPER, ... - Ilha da Boa Vista..., p. 132.

(4) KASPER, ... - Ilha da Boa Vista..., p. 132.

(5) SECCA, ... - A pesca em..., p. 32.

(6) BARCELLOS, Christiano José de Senna - “Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné”. PARTE III, Cap. IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 236.

(7) I.A.H.N., Praia. Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde n.º 10, de 11 de Janeiro de 1843.

(8) I.A.H.N., Praia. Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde n.º 16, de 1 de Fevereiro de 1843.

isemptos do recrutamento de primeira e segunda linha, e de todos os encargos do Concelho"! As mesmas regalias estendiam-se ao filho mais velho, desde que se dedicasse à pesca, embora não matriculado na Patronia (§ único). Integravam a classe pescadores do Norte, da Povoação-Velha e da Vila de Sal-Rei e deles exigiam-se a "moralidade e maior idoneidade" (art.º 4.º), pelo que eram controlados pelos Juizes Eleitos, pelo Patrão mor e pelo Administrador do Concelho (art.º 5.º).

Não obstante todo esse esforço da parte das entidades oficiais para incentivar a prática da pesca nessa ilha, até 1874 parece que essa providência legislativa não tinha surtido os efeitos preconizados. O ofício n.º 70, da Administração do Concelho da Boavista, datado 15 de Abril de 1878, dirigida ao Secretário-Geral do Governo-Geral da Província, poderá confirmar essa asserção, quando, em resposta a uma circular do Governo-Geral da Província, insiste que "[...] será de grande utilidade estabelecer aqui [na Boavista] uma pescaria em grande escala para servir de estímulo e exemplo aos demais pescadores", propondo mais à frente que "[...] bastará encarregar este trabalho a um ou dois pescadores do Algarve que desejam o serviço da pesca pelos diversos modos que ella se faz no Reino" e que, quanto aos rendimentos dos pescadores das respectivas pescas, devia-se adoptar o sistema de partes, que era hábito na ilha, devendo-se fornecer-lhes ao mesmo tempo, por conta da pesca, os mantimentos e utensílios necessários. Finalmente, recomendava-se no referido ofício que "[...] muito convirá em harmonia com as leis vigentes, isentar do serviço militar os que quizerem dedicar-se a esta indústria, impondo-lhes condições rigorosas para que em tempo algum faltem ao que se obrigarem os pescadores que desejam inscrever-se no registro que para este fim deve especialmente ser creado n'esta repartição"² [dos Paços do Concelho].

Note-se, com efeito, que no referido ofício as entidades oficiais retomam as mesmas preocupações e tomam as mesmas medidas decididas na Vereação Geral Extraordinária de 1843, nomeadamente no que se refere à isenção dos serviços militares, o que mostra, de facto, que aquelas medidas não tinham surtido os efeitos esperados, 35 anos depois, dando razão às inquietudes de José Joaquim Lopes de Lima reveladas na citação atrás.

Para além dos factores atrás referidos por Mário Secca, o autor aponta ainda como condicionantes da pouca prática da pesca no geral das ilhas de Cabo Verde, o facto de a actividade dos trabalhadores cabo-verdianos dispersar-se por várias profissões, com o único objectivo de equilibrar as suas necessidades. Assim, "o mesmo indivíduo, pescador, é pastor, caiador, carpinteiro, etc., e, conseqüentemente, só exerce a pesca quando das outras profissões não pode tirar o necessário para a sua manutenção". O autor aponta ainda o baixo preço por que o pescado era pago e do sistema de exploração da pesca.³ Essa diversidade profissional deve ter atravessado toda a história da ilha da Boavista pois, ainda na década de 60 de 1900, quer as mulheres quer os homens não exerciam uma actividade especializada.⁴

A pesca à rede só viria a ser introduzida a 3 de Janeiro de 1860, por alguns mestres pescadores, peritos nessa arte, provavelmente do Arquipélago da Madeira, contratados pelo Governador-Geral Caldeiros e Menezes. O Governador nomeou uma comissão, presidida pelo então capitão dos portos, Capitão-de-fragata Rodrigo de Sá Nogueira. Este capitão ficou encarregado de treinar os pescadores com recurso a redes e aparelhagem que o Governo mandara importar da Metrópole. De acordo com o relatório da comissão, o recurso à aparelhagem não resultou, devido à natureza do fundo rochoso do mar e à voracidade dos tubarões. A pesca à rede de arrastar teve mais sucessos, "[...] pois, em algumas vezes, chegou-se a colher, num só lanço, mais de 100 arrôbas de pescado"⁵.

Assinale-se que, embora o mar da ilha da Boavista fosse rico em peixes, havia os chamados pesqueiros onde se encontravam centralizados os cardumes de peixes. Mário Secca identifica os pesqueiros mais importantes de todos os tempos, como Pontinha, a SE e a 7,5 milhas da costa, e ainda o "Lourenço Marques", o "Rio de Janeiro", o "Lestinho" e o "João Leitão", a SO do Curralinho.⁶ Para além

(1) I.A.H.N. Praia, Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. N.º 16 (1 de Fevereiro, 1843).

(2) I.A.H.N., Praia. Cxa. 200, SGG, Janeiro-Dezembro de 1878.

(3) SECCA, ... - A pesca..., p. 32-33.

(4) Quando chovia, por exemplo, todos eram ao mesmo tempo agricultores e pastores, embora as mulheres dedicassem mais à agricultura e os homens mais à pastorícia; em tempos de carestia, os homens, uns tornavam-se pescador ou queimador de fornos de cal, outros marinheiros, enquanto as mulheres cuidavam dos animais domésticos, como burros, cavalos e aves diversos.

(5) SECCA, ... - A pesca..., p. 17.

(6) SECCA, ... - A pesca..., p. 44.

desses pesqueiros, por via da tradição oral identificámos o Pesqueiro-Grande, o Baixona, o Pico da Estância, o Pico Forcado, o Bancona, o Abrolhal, o Abrolhalinho, o Ponta de Escuma, e tantos outros. Tradicionalmente, os pesqueiros eram, na sua maioria, marcados do mar, com o cruzamento de dois pontos fixos em terra firme. Os portos exerciam também grande influência na actividade piscícola da Boavista, pois era deles que partiam e para eles que regressavam as embarcações de pesca. O mais importante deles era o Porto de Sal-Rei. Outros também como o das Gatas, o de Orvatão, o Ferreira, o do Curralinho, o do Curral-Velho, o do Anicetinho e o de Chaves,¹ não deixaram de marcar a sua importância nas actividades piscícolas da Boavista.

O peixe que não fosse consumido fresco era preparado com sal e secado ao sol, pois a ilha possuía óptimas condições climáticas para a seca do pescado. A secagem era feita geralmente em 4 ou em 2 dias, conforme se tratasse de peixe grosso ou de peixe miúdo, respectivamente.²

Internamente, a Boavista era a ilha que mais exportava peixe seco para as outras ilhas, incluindo a bicuda para a Praia.³ Não encontramos todavia informações estatísticas respeitantes a essa exportação. Para o exterior, a “Industrial de Pesca, Limitada” da ilha da Boa Vista dedicava-se à secagem de peixe. Tendo deixado de operar em 1939,⁴ essa empresa exportou para o Congo Belga e S. Tomé, chegando a atingir volume muito apreciável,⁵ como demonstra, por exemplo, o quadro de exportação do peixe seco e salgado, de 1901 a 1914:

QUADRO Nº 39. Exportação do peixe seco e salgado (1901 e 1914)

Anos	Exportação (em kg)	Anos	Exportação (em kg)
1901	11.500	1909	30.000
1902	35.930	1910	26.806
1903	18.125	1911	12.792
1904	42.835	1912	23.376
1905	15.200	1913	40.791
1906	7.779	1914	65.000
1907	4.960	1915	41.000
1908	5.836	Total geral = 381.930	

FONTE: SECCA, Mário – “A pesca em Cabo Verde”. Praia: Divisão dos Serviços de Estatística da Colónia de Cabo Verde, 1945, p. 142.

Da leitura das informações do quadro, constata-se claramente as flutuações na exportação do peixe seco e salgado. Atenha-se, por exemplo, ao significativo aumento de 11.500 quilos em 1901 para 35.930 em 1902, para logo no ano seguinte cair para 18.125 quilos e tornar a aumentar para 42.835 em 1904. Observe-se também a flutuação entre 1905 com 15.200 quilos, e 1908 com 5.836, o que significa diminuições drásticas em relação à média dos anos anteriores, para em 1909 atingir os 30.000 quilos e, em 1914, o volume mais elevado de 65 toneladas quilos.

Com o incremento da exportação do peixe seco e salgado para S. Tomé, onde encontrara consumo, para a sua conservação o peixe fresco era mantido na salga durante 10 a 15 dias e a secagem fazia-se durante 4 a 6 dias. Também era tratado em salmoura, com a utilização de tanques e girais, com a parte superior de caniço. Para a exportação, o peixe era simplesmente ensacado, no máximo condicionado em “malotes de 30 quilos, prensados, amarrados e revestidos com sarapilheira”⁶

Para o sucesso da exportação do peixe seco terá contribuído o sal da própria ilha, que Mário Secca comparou com o sal de Santa-Maria da ilha do Sal e classificou “[...] como um bom sal para todas as

(1) SECCA, ... – A pesca..., p. 110.

(2) SECCA, ... – A pesca..., p. 47.

(3) SECCA, ... – A pesca..., p. 141.

(4) SECCA, ... – A pesca..., p. 93.

(5) SECCA, ... – A pesca..., p. 141.

(6) ..., p. 77 e p. 78. Sobre a exportação do peixe seco e salgado para S. Tomé, ver tb. FREITAS, ... – Considerações..., p. 32.